

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (CCVM) do semestre findo em 30 de junho de 2023, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No semestre, a CCVM apresentou um lucro

de R\$ 130.962 mil, correspondente a R\$ 17,34 por ação, sendo que no período anterior apresentou lucro de R\$ 109.359 mil. Em 30 de junho de 2023 o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 216,10, um aumento de 8,73% em relação ao exercício anterior. **Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria é único para o Conglomerado JP Morgan, sendo composto na data deste relatório por três membros.

As demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2023 foram aprovadas por esse comitê em reunião realizada em 24 de agosto de 2023.

São Paulo, 24 de agosto de 2023

A Diretoria

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO			
<i>(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)</i>			
	Junho 2023	Dezembro 2022	
	Nota	Junho/2023	Janeiro-Junho/2022
Receitas da intermediação financeira		139.013	83.886
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários.....		139.013	83.886
Resultado bruto de intermediação financeira		139.013	83.886
Outras receitas (despesas) operacionais		79.837	98.462
Receitas de prestação de serviços.....	13	137.835	145.459
Despesas de pessoal.....		(21.634)	(17.300)
Outras despesas administrativas.....	17a	(16.552)	(12.228)
Despesas tributárias.....		(20.310)	(18.626)
Constituição de provisões.....		(11)	(432)
Outros resultados operacionais.....		509	1.589
Resultado operacional		218.850	182.348
Resultado antes da tributação sobre o lucro		218.850	182.348
Imposto de renda e contribuição social	10	(87.888)	(72.989)
Provisão para imposto de renda.....		(52.418)	(42.446)
Provisão para contribuição social.....		(31.357)	(25.490)
Ativo/(passivo) fiscal diferido.....		(4.113)	(5.053)
Lucro líquido do período		130.962	109.359
Número de ações.....	14	7.551.365	7.551.365
Lucro líquido por ação no final do período - R\$..		17,34	14,48

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - <i>(Em milhares de reais)</i>			
	Junho 2023	Janeiro-Junho/2022	Janeiro-Junho/2022
Lucro líquido do período	130.962	109.359	109.359
Outros resultados abrangentes no período que podem ser reclassificados para o resultado.....	-	-	-
Outros resultados abrangentes no período que não podem ser reclassificados para o resultado.....	-	-	-
Total do resultado abrangente no período	130.962	109.359	109.359

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - <i>(Em milhares de reais)</i>			
	Junho 2023	Janeiro-Junho/2022	Janeiro-Junho/2022

Atividades operacionais			
Lucro líquido ajustado	135.246	115.055	115.055
Lucro líquido do período.....	130.962	109.359	109.359
Ajuste ao lucro líquido:.....	4.284	5.696	5.696
Ativo/passivo fiscal diferido.....	10b	4.113	5.053
Atualização de depósitos judiciais.....		(28)	(59)
Provisões para contingências.....		11	432
Depreciações.....		188	521
Varição de ativos e passivos	116.725	(536.459)	(536.459)
Aumento em instrumentos financeiros.....		(48.323)	(670.204)
Redução em negociação e intermediação de valores (ativos/passivos).....		201.982	175.789
(Aumento)/ Redução em outros ativos.....		(669)	1.503
Aumento em outros passivos.....		78.955	55.446
Imposto de renda e contribuição social pagos... ..		(115.220)	(98.993)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) das atividades operacionais	251.971	(421.404)	(421.404)
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	251.971	(421.404)	(421.404)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período.....	4	1.212.620	1.411.690
Caixa e equivalentes de caixa no final do período.....	4	1.464.591	990.286
Aumento/(redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	251.971	(421.404)	(421.404)

II. Movimentação dos saldos patrimoniais

	Junho de 2023	Dezembro de 2022	Dezembro de 2022
Saldo inicial	170	2.505	2.505
Despesas financeiras - juros.....	11	113	113
Constituições.....	-	359	359
Pagamentos.....	-	(2.807)	(2.807)
Saldo final	181	170	170

Com relação ao julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) dos Temas 881 (Recurso Extraordinário nº 949.297) e 885 (Recurso Extraordinário nº 955.227) com repercussão geral, que resolveu, em fevereiro de 2023, que decisões individuais definitivas (transitadas em julgado) de natureza tributária perdem seus efeitos após o caso o STF decidir em sentido contrário, supervenientemente, em sede de repercussão geral ou ação direta, não foi identificada exposição relevante em relação ao tema.

III. Fiscais e previdenciárias - obrigações legais e outros passivos contingentes - A Instituição é parte em processos administrativos de natureza tributária, caracterizados como passivos contingentes, que envolvem:

- (i) a imposição de IRPJ e CSLL sobre ganhos decorrentes da desmutualização da Bovespa e BM&F no valor de R\$ 26.054 (dezembro de 2022 – R\$ 25.341) e;
- (ii) PIS e COFINS sobre receitas de exportação de serviços, no valor de R\$ 34.371 (dezembro de 2022 – R\$ 33.251).

Os advogados responsáveis pela condução dos casos classificam seu risco de perda como possível.

IV. Ações trabalhistas - Referem-se a ações contra a Instituição, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação. Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não havia contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos.

13. Receitas de prestação de serviços: Referem-se a rendas de corretagem sobre operações realizadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão no valor de R\$ 137.835 (junho de 2022 – R\$ 145.459).

14. Patrimônio líquido: O capital social está dividido em 7.551.365 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A Reserva de Lucros – Estatutária poderá ser futuramente utilizada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais à Instituição, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. A Reserva de Lucros – Legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do período, antes de qualquer distribuição, até o limite de 20% do capital social. A Reserva poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das reservas de capital atingir 30% do capital social. Aos acionistas é assegurado um dividendo anual não cumulativo de pelo menos 25% do lucro líquido do período, sendo que o saldo remanescente terá a destinação determinada pela Assembleia Geral de Acionistas. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 17 de dezembro de 2021 foi deliberada a conversão de 3.700.169 de ações preferenciais em ordinárias, totalizando 7.551.365 ordinárias. A nova composição do capital social foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em fevereiro de 2022. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 20 de dezembro de 2022 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante de R\$ 77.000, os quais serão atribuídos a título de dividendos, não cabendo a distribuição de recursos adicionais, conforme determinação do acionista controlador. O imposto de renda retido na fonte à alíquota de 15% foi de R\$ 11.550. O impacto fiscal reconhecido no resultado decorrente da dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio foi de R\$ 31.570. Também foi aprovada a utilização do valor líquido de R\$ 65.450 para o aumento do capital da Instituição, sem a emissão de novas ações. O aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em fevereiro de 2023. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 29 de junho de 2023, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 270.250 mediante capitalização de parte da conta de "Reserva de Lucros – Estatutária" e sem emissão de novas ações. Conforme Resolução CMN nº 4.970, de 2021, aumentos de capital por incorporação de reservas de capital e de lucros realizados não dependem de autorização do Banco Central.

15. Benefícios

(a) Fundo de pensão - A Instituição é uma das patrocinadoras da Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão ("Fundo"), constituído majoritariamente sob a modalidade de contribuição definida. As reservas matemáticas individuais são atribuídas a cada participante e calculadas de acordo com fórmulas e hipóteses atuariais sendo o benefício apurado com base nas contribuições vertidas. A Instituição registrou despesa de R\$ 387 (junho de 2022 – R\$ 330) relacionada a contribuições para o Fundo.

(b) Unidades de ações restritas - Os funcionários elegíveis da Instituição participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). Sua entrega em data futura está sujeita a restrições, cancelamentos ou reversões. Por serem restritas, o período de aquisição do direito *(vesting period)*, de 50% das ações se dá em dois anos e os outros 50% em três. Caso o funcionário se desligue da empresa por conta própria, o plano de benefícios em ações é cancelado. A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz (listadas na Bolsa de Nova Iorque - NYSE) concedidas multiplicado pelo valor justo da ação na data da concessão.

	Junho de 2023	Junho de 2023
	Quantidade de ações	Valor em milhares de Dólares (USD)
Ações em circulação em 01/01/2023	7.525	1.104
Ações outorgadas durante o período <i>(granted)</i>	4.539	637
Ações entregues no período <i>(vested)</i>	(2.759)	(382)
Transferência/saída de funcionários.....	1.746	253
Ações em circulação em 30/06/2023	11.051	1.613

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO E 31 DE DEZEMBRO - <i>(Em milhares de reais)</i>			
	Junho 2023	Dezembro 2022	
	Nota	Junho/2023	Dezembro/2022
Ativo			
Circulante		3.232.994	2.122.648
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.464.591	1.212.620
Disponibilidades.....		1.139	943
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....		1.463.452	1.211.677
Instrumentos financeiros		792.551	30.661
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....	5	759.810	-
Títulos e valores mobiliários.....	6	32.741	30.661
Negociação e intermediação de valores	8	973.447	877.632
Ativos fiscais correntes		301	334
Outros ativos	9	2.104	1.401
Não circulante		12.869	730.672
Realizável a longo prazo		9.290	726.905
Instrumentos financeiros	5	-	713.567
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....		-	713.567
Ativos fiscais diferidos	10b	7.099	11.174
Outros ativos	9	2.191	2.164
Imobilizado		3.579	3.767
Imóveis e outras imobilizações de uso.....	11	7.962	7.962
(-) Depreciações acumuladas.....		(4.383)	(4.195)
Total do ativo		3.245.863	2.853.320
Passivo			
Circulante		1.602.755	1.341.640
Negociação e intermediação de valores.....	8	1.513.819	1.216.022
Obrigações fiscais correntes.....	10a	74.666	103.920
Outros passivos.....	9	14.270	21.698
Não circulante		11.287	10.821
Obrigações fiscais diferidas.....	10b	279	241
Provisões para passivos contingentes e obrigações legais.....	12	181	170
Outros passivos.....	9	10.827	10.410
Patrimônio líquido	14	1.631.821	1.500.859
Capital social.....		1.065.450	729.759
Aumento de capital.....		-	65.450
Reservas de capital.....		2.186	2.186
Reservas de lucros.....		439.771	703.473
Lucros acumulados.....		124.414	-
Total do passivo e patrimônio líquido		3.245.863	2.853.320

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - <i>(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)</i>			
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros
	Nota	Capital	Aumento de capital
Em 31 de dezembro de 2021		729.750	-
Total do período abrangente do período.....		-	-
Lucro líquido do período.....		-	-
Destinação:.....		-	-
Reserva legal.....		-	-
Em 30 de junho de 2022		729.750	561
Em 31 de dezembro de 2022		729.750	65.450
Aumento de capital.....	14	335.700	(65.450)
Total do resultado abrangente do período.....		-	-
Lucro líquido do período.....		-	-
Destinação:.....		-	-
Reserva legal.....		-	-
Em 30 de junho de 2023		1.065.450	-
Subvenções para investimento		561	1.625
Outras reservas		69.764	442.497
Legal		69.764	442.497
Estatutária		442.497	-
Lucros acumulados		-	1.244.197
Total.....		759.810	713.567
Aplicações em depósitos interfinanceiros.....		759.810	713.567
Total		759.810	713.567

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2023 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora" ou "Instituição") é uma controlada direta do Banco J.P. Morgan S.A., constituída na forma de sociedade anônima e com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.729 – São Paulo/SP. Suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atua integralmente no mercado financeiro, nacional e internacional. Conseqüentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. As demonstrações contábeis da Corretora foram aprovadas pelo Comitê de Auditoria do Conglomerado JP Morgan em 24 de agosto de 2023.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis individuais da Instituição foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A Resolução nº 4.818 do CMN e a Resolução nº 2 do BACEN estabelecem critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. A Instituição elabora suas demonstrações contábeis e as disponibiliza em seu site (<https://www.jpmorgan.com.br/pt/disclosures>).

3. Principais práticas contábeis

(a) Apuração do resultado - É apurado pelo regime de competência.
(b) Títulos e valores mobiliários - Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068 do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração na categoria "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo classificados no circulante e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos públicos federais são utilizados os preços médios de negociação ou o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. Os títulos públicos têm seus preços ajustados para refletir o ajuste observável no mercado, conforme publicado pela ANBIMA. Podem ser realizados ajustes resultantes dos procedimentos de avaliação de agreement previstos pela Resolução nº 4.277 do CMN. A avaliação da necessidade de ajuste independe da metodologia de apuração adotada, sendo observados critérios de prudência, relevância e confiabilidade.
(c) Ativos circulante e realizável a longo prazo - Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado.
(d) Imobilizado - Representado por imobilização de uso e demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens. A avaliação periódica sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, normatizada pela Resolução nº 4.535 do CMN, tem periodicidade anual.
(e) Passivos circulante e não circulante - Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas.
(f) Passivos contingentes e obrigações legais - A Instrução Normativa BCB nº 319 revogou a Carta-Circular nº 3.429, que requeria o provisionamento de todas as obrigações legais, independentemente da probabilidade de perda. Em janeiro de 2023, com a Instrução Normativa BCB nº 319, houve a convergência ao CPC 25 – Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes, regulado pelo Banco Central por meio da Resolução nº 3.823 do CMN. Os Passivos contingentes e obrigações legais decorrem de processos judiciais, legais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, podendo ser ações de natureza tributária, trabalhistas, cíveis e outros riscos. A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Os processos cujos riscos de perda jurídica sejam classificados como possíveis, são divulgados em nota explicativa, porém conforme norma vigente não é requerido provisionamento. Os processos classificados como remoto, não requerem provisão e nem divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais dados em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

(g) Imposto de renda e contribuição social - A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 15% sobre a integralidade da base mais 10% sobre a base excedente a R\$ 240.000,00. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 15%. Ativo e passivo fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às despesas entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando nossas perspectivas de realização, em 30 de junho de 2023: (i) o crédito tributário de IRPJ foi calculado mediante a utilização da alíquota de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota de 15% sobre ajustes temporários.

(h) Caixa e equivalentes de caixa - Incluem disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento em até 3 meses.

(i) Unidade de ações restritas - Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). A Instituição registra as despesas com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC10 – Pagamento baseado em ações. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, a Instituição registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado. Esse acordo prevê o pagamento do menor valor entre *grant* e *vesting*, assim se o valor do *vesting* for menor que o valor do *grant* no repagamento à matriz, haverá aumento da Reserva de capital da Instituição.
(j) Dividendos e juros sobre capital próprio - Considerando o disposto na Resolução CMN nº 4.872, os juros sobre capital próprio e os dividendos pagos devem ser reconhecidos a partir do momento que configurem obrigação presente na data do balanço e, registrados em conta específica no patrimônio líquido.

4. Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo original de vencimento em até 3 meses.

	Junho de 2023	Dezembro de 2022
Disponibilidades.....	1.139	943
Aplicações em operações compromissadas – posição bancada.....	1.463.452	1.211.677
Total	1.464.591	1.212.620

de R\$ 130.962 mil, correspondente a R\$ 17,34 por ação, sendo que no período anterior apresentou lucro de R\$ 109.359 mil. Em 30 de junho de 2023 o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 216,10, um aumento de 8,73% em relação ao exercício anterior. **Comitê de Auditoria:** O Comitê de Auditoria é único para o Conglomerado JP Morgan, sendo composto na data deste relatório por três membros.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2023 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Corretora verificou que para os períodos apresentados não houve operações com membros da Diretoria e seus relacionados. As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando em consideração a ausência de risco.

17 Outras informações:

(a) "Outras despesas administrativas" referem-se, principalmente, a despesas de serviços do sistema financeiro no valor de R\$ 8.081 (junho de 2022 – R\$ 4.873), despesas com serviços de terceiros no valor de R\$ 2.887 (junho de 2022 – R\$ 3.945) e despesas com comunicações no valor de R\$ 3.007 (junho de 2022 – R\$ 1.847).

(b) Durante os semestres findos em 30 de junho de 2023 e de 2022, a Corretora não registrou resultados não recorrentes conforme definido pela Resolução nº 2 do BACEN. A definição dos saldos de resultados não recorrentes segue os critérios definidos pela Resolução nº 2 do BACEN, que são: (i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e (ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

	Dezembro de 2022		Ativos / (Passivos)		Receitas / (Despesas)	
	Quantidade de ações	Valor em milhares de Dólares (USD)	Junho de 2023	Dezembro de 2022	Junho de 2023	Junho de 2022
Ações em circulação em 01/01/2022	4.406	588	1.139	943	-	-
Ações outorgadas durante o período (granted)....	4.151	635	1.139	943	-	-
Ações entregues no período (vested).....	(1.599)	(193)				
Transferência/saída de funcionários	567	74				
Ações em circulação em 31/12/2022	7.525	1.104				
Disponibilidades			1.463.452	1.211.677	90.969	60.905
Banco J.P. Morgan S.A.....			1.463.452	1.211.677	90.969	60.905
Aplicações em operações compromissadas			759.810	713.567	46.243	22.259
Banco J.P. Morgan S.A.....			759.810	713.567	46.243	22.259
Aplicações em depósitos interfinanceiros			(491.978)	(139.942)	491	530
Banco J.P. Morgan S.A.....			46.758	190.514	491	530
JP Morgan Securities PLC			(538.736)	(330.456)	-	-
Outros valores a receber / (pagar)			(1.423)	(1.400)	(7.993)	(6.493)
Banco J.P. Morgan S.A.....			(1.340)	(1.400)	(7.993)	(6.493)
J.P. Morgan S.A. DTVM.....			(81)	-	-	-
Despesas de pessoal			(6.563)	(7.662)	(1.518)	(1.573)
JPMorgan Chase & CO.....			(6.563)	(7.662)	(1.518)	(1.573)

O valor da obrigação de pagamento registrada no passivo em 30 de junho de 2023, incluindo encargos sociais, é de R\$ 10.365 (dezembro de 2022 – R\$ 10.110). Em virtude desse programa a despesa registrada é de R\$ 3.812 (junho de 2022 – R\$ 900), incluindo os encargos sociais.

16. Transações com partes relacionadas: (Grupo J.P. Morgan) - As transações realizadas com partes relacionadas, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, estão representadas abaixo. A Corretora é uma empresa controlada pelo Banco J.P. Morgan S.A., sendo a JPMorgan Chase & CO controladora do Grupo financeiro JP Morgan. As demais entidades são empresas coligadas.

A DIRETORIA NA DATA DO RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Azarias de Castro Feitosa Junior
Daniel Darahem de Souza Coelho
Decio Ramos Porchat de Assis
Elizabeth Hinden D'Elia
Fabio Jorge Resegue

Flávia Rocha Lima de Almeida Prado
Jorge Constantino Bernardes dos Santos
Landulpho Borges da Fonseca Tutzer Profili
Mariana Plass Rizzo

DIRETOR-PRESIDENTE

Daniel Darahem de Souza Coelho

DIRETOR RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Jorge Constantino Bernardes dos Santos

CONTADOR

João Augusto Makoto Hira - CRC 1SP307985/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma

relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco

de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de agosto de 2023.



pwc PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador CRC 1SP172940/O-6